



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE**

### **Concurso Público**

**Arrendamento (fins não habitacionais) do Estabelecimento  
Comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos,  
sito na Rua da Seara Nova, em Castro Verde**

### **PROGRAMA DE CONCURSO**

**Castro Verde, 09 de setembro de 2013**



## **PROGRAMA DE CONCURSO**

### **Epígrafe de Artigos**

1. Objeto e Modalidade do concurso
2. Entidade pública contratante
3. Concorrentes
4. Apresentação das propostas
5. Pedido de esclarecimentos
6. Documentos que instruem as propostas
7. Modo de apresentação das propostas
8. Exclusão de Propostas
9. Admissão ao concurso
10. Caução
11. Avaliação das candidaturas
12. Critérios de classificação
13. Adjudicação
14. Notificação da Adjudicação
15. Anulação da Adjudicação
16. Causas da não Adjudicação
17. Falsidade de documentos e de declarações



## **SECÇÃO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **ARTIGO 1.º**

##### **Objeto e Modalidade do Concurso**

1. O presente concurso tem por objeto a Adjudicação do arrendamento (fins não habitacionais) do Estabelecimento Comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos, sito na Rua da Seara Nova, em Castro Verde.
2. O concurso é público, podendo apresentar proposta todas as entidades ou particulares que se encontrem nas condições gerais estabelecidas por lei.
3. O valor base do concurso para o arrendamento do Estabelecimento é de 350,00 € (Trezentos e Cinquenta Euros), de renda mínima mensal, sendo excluídos os candidatos que apresentem propostas de valor inferior.

#### **ARTIGO 2.º**

##### **Entidade Pública Contratante**

A entidade pública contratante é o Município de Castro Verde, sita na Praça do Município, 7780-217 Castro Verde, com o telefone n.º 286 320 700, Fax n.º 286 320 709, endereço de correio electrónico: geral@cm-castroverde.pt e sítio na Internet <http://www.cm-castroverde.pt>.

#### **ARTIGO 3.º**

##### **Concorrentes**

1. Podem concorrer pessoas singulares, coletivas ou equiparadas e legalmente habilitadas ao exercício da atividade, nos termos da legislação vigente sobre a matéria, devendo encontrar-se coletado no serviço de finanças competente ou vir a coletar-se no mês da adjudicação.
2. Não será aceite mais que uma proposta por entidade ou pessoa singular, bem como onde se verifique existir uma relação pessoal ou profissional entre os concorrentes, sob pena de a candidatura não ser admitida.

## **SECÇÃO II**

### **PROPOSTAS**

#### **ARTIGO 4.º**

##### **Apresentação das Propostas**



1. A proposta e os documentos que a acompanha serão entregues até às 16:00 horas do dia 26 de setembro, sob pena de não serem admitidas.
2. A proposta e os documentos que a acompanha podem ser entregues pelos concorrentes ou seus representantes, diretamente durante o período normal de atendimento ao público na Secção Financeira e Património – Praça do Município, 7780-217 Castro Verde, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de receção.
3. O período normal de atendimento ao público na Secção Financeira e Património é das 9:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h.
4. Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

## **ARTIGO 5.º**

### **Pedido de Esclarecimentos**

1. A entidade que preside ao concurso é o Município de Castro Verde, a quem deverão ser apresentadas por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, as reclamações e pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do processo de concurso.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas e não suspendem a contagem do prazo.

## **ARTIGO 6.º**

### **Documentos que Instruem as Propostas**

1. Proposta a elaborar de acordo com modelo anexo (*Modelo I*).
2. Documento comprovativo da prestação da caução, no valor de 100,00 € (Cem Euros), que será restituída após a adjudicação do arrendamento.

## **ARTIGO 7.º**

### **Modo de Apresentação das Propostas**

1. A proposta e os documentos que a acompanha devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, serão acompanhados da tradução devidamente autorizada e em relação à qual o concorrente



declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais. Não poderá conter palavras riscadas, emendas, rasuras ou entrelinhas, a não ser com a respetiva ressalva.

2. A proposta elaborada nos termos do número anterior será encerrada em sobrescrito opaco e fechado, em cujo rosto se escreverá a menção *“Proposta para adjudicação do arrendamento (fins não habitacionais) do Estabelecimento comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos”* e o nome ou a denominação social do concorrente e o seu endereço.

## **Artigo 8.º**

### **Critério de adjudicação das propostas**

O critério para a adjudicação será feito segundo o valor mais alto apresentado pelos candidatos ao procedimento.

## **ARTIGO 9.º**

### **Exclusão das propostas**

1. São excluídas as propostas que:
  - a) Não sejam recebidas no prazo fixado;
  - b) Não contenham os elementos exigidos no Artigo 6.º

## **Artigo 10.º**

### **Admissão de concorrentes**

1. São excluídos os concorrentes:
  - a) Onde se verifique existir uma relação pessoal ou profissional entre os concorrentes;

## **ARTIGO 11.º**

### **Caução**

Os concorrentes que desistam das suas propostas, perdem automaticamente a caução prestada e definida nos termos do n.º 2 do Artigo 6.º, para o Município de Castro Verde, não podendo em caso nenhum, mesmo em situação de doença ou outra impossibilidade devidamente comprovada, considerar-se a desistência justificada para efeitos de devolução da caução.



### **Secção III**

#### **Ato público do concurso**

##### **Artigo 12.º**

#### **Abertura das propostas**

A abertura das propostas terá lugar no Edifício dos Paços do Município – Salão Nobre e realizar-se-á pelas 10 horas do dia útil que se seguir ao expirar do prazo para entrega das propostas.

##### **Artigo 11.º**

#### **Regras gerais do ato público**

Ao ato público pode assistir qualquer interessado, apenas podendo nele intervir os concorrentes e os seus representantes legais, devidamente credenciados.

### **Secção IV**

#### **Apreciação e Adjudicação**

##### **Artigo 14.º**

#### **Adjudicação**

1. Com base num relatório fundamentado, elaborado pelo júri, a adjudicação é feita ao concorrente que tiver apresentado a proposta de maior valor.
2. O Município de Castro Verde reserva-se o direito de não adjudicar o arrendamento ao proponente que apresente proposta mais alta, desde que tenha razões fundamentadas que possam comprometer a mesma.

##### **Artigo 15.º**

#### **Notificação da adjudicação**

Nos cinco dias posteriores à respetiva decisão, todos os concorrentes são notificados do ato de adjudicação.

##### **Artigo 16.º**

#### **Anulação da adjudicação**

1. A adjudicação considera-se sem efeito quando, por facto que lhe seja imputável o adjudicatário:
  - a) Não entregue a documentação que lhe é exigida;



- b) Não compareça no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, sem razão que o justifique.
2. Nos casos previstos no número anterior, a adjudicação pode ser feita ao concorrente classificado em segundo lugar.

## **ARTIGO 17.º**

### **Causas da Não Adjudicação**

1. O Município de Castro Verde reserva-se o direito de não adjudicar o arrendamento do Estabelecimento Comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos, em Castro Verde, devendo para o efeito fundamentar a decisão
2. Caso se verifique a não adjudicação, os concorrentes serão notificadas da decisão e dos fundamentos que a justificam.

## **Secção V**

### **Declarações**

#### **Artigo 17º**

##### **Falsidade de documentos e de declarações**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes



## ANEXO I

(de acordo com o disposto no n.º 1 do art. 6º do Programa de Concurso Público para arrendamento (fins não habitacionais) do Estabelecimento Comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos)

Exmo. Senhor Presidente  
Da Câmara Municipal de Castro Verde

..... (nome, número de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do processo de Concurso Público para arrendamento (fins não habitacionais) do Estabelecimento Comercial da Cafetaria do Centro Coordenador de Transportes Públicos, sito na Rua da Seara Nova, em Castro Verde, declara sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas e ao pagamento de uma renda mensal de .....€ (.....).

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo ao que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação em vigor.

Data: .....

Assinatura: .....

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"